TL 1832-1

A Resistência Clandestina em Timor

Quem faz parte da resistência clandestina timorense? Como está organizada? Um professor australiano avança algumas respostas.

Michael Emin Salla é professor na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Nacional Australiana. Em Abril último publicou na *Social Alternatives* um artigo sobre a resistência timorense de que reproduzimos excertos.

Dirigidas pelas Falintil

"Resistência clandestina é um termo usado pelos timorenses para descrever a oposição política velada à integração na Indonésia e o apoio a um Timor-Leste independente. Grande parte da resistência clandestina é dirigida e organizada centralmente pelas Falantil. Contudo, uma parte apreciável da resistência abrange um conjunto de indivíduos que não estão associados formalmente às Falantil ou mesmo entre si. Não se reconhecem conscientemente como tal mas antes como parte de um movimento de uma comunidade mais vasta que trabalha para uma maior auto-determinação económica e cultural.

A resistência clandestina compõe-se de quatro ramos distintos. O primeiro está intimamente ligado ao movimento da guerrilha e abrange uma força auxiliar ou de reserva de homens que podem ser chamados a substituir combatentes capturados ou feridos ou a entrar em acção quando há armas disponíveis. Entretanto, ocupam-se de funções logísticas, tais como: fornecer aos guerrilheiros roupa, comida, informações sobre as movimentações das tropas indonésias, e fazer passar correspondência para outras partes da resistência encontra-se em áreas de difícil acesso, cultivando a terra, estabelecendo contactos com os apoiantes nas áreas urbanas ou acompanhando os guerrelheiros no mato.

Organizados em células

O segundo ramo é aquele com que muitos turistas se defrontam, pois opera em áreas urbanas, e concentra os seus esforços na componente política e nas questões dos direitos humanos.

Desempenha várias tarefas. Primeiro, informa os turistas ou dignatários visitantes sobre as condições políticas e violações dos direitos humanos. Segundo, organiza manifestações ou acções de protesto à porta dos hotéis onde estão instalados os dignatários visitantes ou à porta da catedral de Dili, quando os funcionários superiores da Igreja celebram aí missa. Desde o massacre de Dili, o Núncio Papal já celebrou quatro missas, que foram noticiadas pelos órgãos da imprensa, e após as quais ocorreram manifestações. (...) Terceiro, faz passar informação, tais como fotografias, cartas e documentos, de Timor-Leste para a própria Indonésia e para o resto do mundo. Esta vertente da resistência, que está associada formalmente às Falintil, estrutura-se em células, onde um elemento designado por pequeno grupo mantém contactos com um elemento designado por um outro grupo. Isto minimiza o risco de exposição de outros membros da resistência, no caso de alguém ou de um grupo inteiro ser capturado.

O terceiro ramo da resistência centra os seus esforços nos aspectos económicos e culturais. Trata-se aqui de tentar resistir aos efeitos demográficos do influxo de populações de outras províncias, nomeadamente emigrantes comerciantes, pessoal militar e policial, funcionários públicos e os que chegam como resultado da política indonésia de transmigração. Objectivos importantes da resistência são os de promover os interesses económicos dos timorenses, promovendo mais oportunidades de emprego e de negócio, reduzindo a corrupção e, finalmente, diminuindo o controlo militar sobre a economia da província.

De facto, tem sido a Igreja católica, sob a liderança do Bispo belo, a assumir uma crítica manifesta as medidas sociais e económicas do governo central e, indirectamente, ela é uma parte importante deste ramo da resistência clandestina. Por exemplo, numa entrevista recente, o Bispo Belo afirmou: "*A cultura timorense está a ser sufocada... a língua timorense não é ensinada nas escolas, o Islão está a ser activamente promovido e existe um influxo crescente de colonos indonésios à sombra das medidas de "indonesização"*". (...).

No coração do inimigo

O quarto ramo da resistência encontra-se nas universidades indonésias, onde estudam muitos timorenses, como por exemplo, em Jacarta, Bandung e Denpassar. Aqui, um dos objectivos é o de conseguir que as questões políticas que dizem respeito a Timor-leste sejam debatidas e incluidas na agenda do movimento pela democratização da Indonésia. Outro objectivo é o de estabelecer contactos com as organizações indonésias que defendem os direitos humanos e passar informações sobre violações, detenções ou acções de protesto em Timor-Leste. Se, por um lado, estes grupos gozam de maior liberdade de movimento que os seus pares em Timor, por outro lado estão economicamente dependentes do governo provincial e, por isso, vulneráveis à ameaça de verem as suas bolsas de estudo canceladas, se forem suspeitos de comportamento "subversivo".

Manifestações, acções de protesto e actos de dissidência manifesta vão continuar em Timor-Leste. Embora o foco táctico possa deslocar-se da auto-determinação política para os direitos humanos, de maneira a aliviar o controlo estrangulador dos militares e a criar mais "espaço político", a verdade é que a questão da auto-determinação não deixa de estar como pano de fundos e manter-se-á como uma fonte de conflito futuro. (...)."

in, Timor leste, Boletim da Comissão para os direitos do Povo Maubere, Abril 1994

REGIÃO CENTRO-INFORMAÇÃO

In: "RCI informação" - sind. dos Prof. da Regiões Centro, nº 67 - ano 11. Setembro de 94